



## Abaixo os cortes na Saúde e Educação!

O governo Bolsonaro acaba de realizar um corte no orçamento, **um bloqueio de R\$ 8,702 bilhões de verbas de ministérios**. Segundo o Ministro da Economia, Paulo Guedes, esses cortes/bloqueios servem para manter os gastos governamentais dentro do chamado Teto de Gastos. **Ciência, Tecnologia e Inovações** perderá R\$ 2,5 bilhões; **Educação**, queda de R\$ 1,6 bilhão; **Saúde**, perda de R\$ 1,3 bilhão.

Esses cortes servem para que o governo cumpra seus compromissos com o capital financeiro internacional. Diante do orçamento limitado, preserva-se o pagamento dos juros e serviços da dívida pública aos parasitas financeiros, e cortam-se bilhões de áreas como Saúde e Educação.

O domínio mais amplo do parasitismo financeiro sobre as economias nacionais é próprio do capitalismo em sua fase imperialista, de decomposição. O que quer dizer que não basta ao capital explorar a força de trabalho para se valorizar, é preciso encontrar meios de valorização artificial, especulativa. O endividamento público é um desses meios. Mas também o são a privatização de serviços públicos, como a Saúde e Educação. E ataques diretos a salários e direitos, como o de aposentadoria, basta ver as reformas trabalhista e previdenciária, em seus vários níveis.

O resultado é o sucateamento dessas áreas de serviços sociais públicos, Saúde e Educação, bem como a redução do poder aquisitivo dos salários em geral, do setor privado e do público, também.

Os cortes vão implicar em maiores dificuldades ou até impossibilidade de funcionamento de Instituições Federais e serviços de Saúde pública.

Há poucos dias, aprovou-se na Câmara dos Deputados um projeto de ensino em casa, e apresentou-se para discussão outro projeto de cobrança de mensalidades nas universidades públicas (ver artigos neste boletim).

É preciso mobilizar os que estudam e trabalham para enfrentar essa situação, que os afeta e também aos trabalhadores em geral, de fora das universidades e hospitais. Nada de esperar pelo resultado das eleições, que vão apenas trocar um governo burguês por outro. Nada de esperar que as instituições parlamentares façam o contrário do que vêm fazendo.

É preciso formar comandos de mobilização unitários (professores, estudantes e funcionários) em cada unidade ou curso. Convocar as assembleias, e discutir e aprovar um programa de resposta aos ataques do governo. Realizar um dia nacional de paralisação para discutir em todas as unidades, afetadas ou não, medidas de luta para responder aos ataques governamentais pró-capitalistas, antioperários e antipopulares. Ira às ruas e grandes avenidas, parar o trânsito e afetar a economia.

Exijamos também a unidade geral dos oprimidos contra os capitalistas e o governo. A inflação esmaga as famílias trabalhadoras. O desemprego destrói a força de trabalho e anula a possibilidade de ganho para a mínima sobrevivência. Os capitalistas demitem, reduzem salários, fecham fábricas e aumentam o sofrimento dos assalariados. As estatais são privatizadas, para privilegiar grupos econômicos à custa das massas. No campo, os assassinatos progridem contra os pobres e os indígenas. Sofremos diversas consequências da Guerra na Ucrânia, sabendo que somente a classe operária em cada um e em todos os países pode por fim a ela. Estão colocadas as condições para se chamar um dia nacional de lutas, com paralisações e bloqueios, como um passo na direção da greve geral, que derrote Bolsonaro, os capitalistas e o imperialismo. Temos de exigir das direções (centrais sindicais, sindicatos, UNE, DCEs, CAs, MST, etc.) que rompam com a paralisia e trabalhem duro para organizar e convocar essa luta.

## PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA

A guerra na Ucrânia atingiu três meses. Os Estados Unidos estão pela continuidade da guerra. A OTAN não para de enviar armas para que a resistência ucraniana continue enfrentando as tropas russas. O exército russo mantém os ataques militares. A barbárie social se espalha por todo o país. Milhões de refugiados ucranianos se con-

centram nos países vizinhos. E milhões se deslocam diariamente no interior do país.

O **Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil** vem fazendo a campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui) em torno às bandeiras: 1) desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-america-

nas; 2) fim das sanções econômicas à Rússia; 3) pela autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. O **Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil** vem exigindo que as centrais e sindicatos façam uma verdadeira campanha, junto à classe operária e demais oprimidos, pelo fim da guerra da Ucrânia.

# **Câmara dos Deputados aprova Lei para ensino em casa (homeschooling)**

## **É preciso combater a destruição do ensino!**

A Câmara dos Deputados concluiu, no último dia 19/05, a votação do projeto de lei que regulamenta a prática da educação domiciliar no Brasil (homeschooling). O projeto de lei ainda será enviado ao Senado.

O texto aprovado é um substitutivo da deputada Luisa Canziani (PSD-PR) para o Projeto de Lei 3179/12, do deputado Lincoln Portela (PL-MG). Para usufruir da educação domiciliar, o estudante deve estar regularmente matriculado em instituição de ensino, que deverá acompanhar a evolução do aprendizado. Pelo menos um dos pais ou responsáveis deverá ter escolaridade de nível superior ou em educação profissional tecnológica em curso reconhecido. De fato, essa forma de ensino será, então, efetivada por uma parte abastada da classe média ou da burguesia. A maioria da população assalariada e da classe operária não atendem aos critérios estabelecidos.

Trata-se de mais uma medida de maior destruição da educação em geral. A educação em casa é uma reivindicação de parte da base ideológica do bolsonarismo. É um retrocesso sem igual na educação, voltando-a para os tempos da antiguidade. O ensino escolar foi uma necessidade do desenvolvimento das forças produtivas e das cidades. Estabeleceu a formação escolar como uma atividade coletiva, parte da construção social da juventude. A ascensão da burguesia ao poder político e econômico implicou a democratização da educação. É por conta da decomposição atual do modo de produção capitalista que a educação é desintegrada em

toda parte, e tornada em um meio de valorização artificial do capital, por meio do privatismo. Isso leva à destruição de fato do ensino em todas as suas formas. A grita bolsonarista pelo ensino em casa corresponde a essa destruição. Setores decompostos da pequena burguesia em decadência supõem que afastar seus filhos do ensino coletivo nas escolas e “controlá-lo” em casa pode contornar as tendências mais gerais de deterioração da educação, afastá-los da “má influência” dos professores “esquerdistas”, e da violência escolar e urbana. Na verdade, se efetivada essa monstruosidade, resultará na formação de monstros, antissociais, irracionais, acrílicos e mal-educados.

A aprovação desse descabro na Câmara dos Deputados mostra como o parlamento está podre e só serve à imposição das medidas de ataques às condições de vida, trabalho e estudo. Não será por dentro dessa casa que as reivindicações de defesa da educação vingarão. Somente por meio da luta de classes se pode defender a educação, em geral, e o ensino público e gratuito, em particular.

Cabe às organizações de trabalhadores na educação e estudantes organizarem a luta para derrotar mais esse ataque à educação e ao ensino público. Convocar amplamente as assembleias de base, discutir e aprovar as reivindicações e planos de luta, e levar adiante o movimento ao conjunto do proletariado, para derrotar a burguesia, seus governos e parlamentos reacionários.

## **Abaixo a cobrança de mensalidades no ensino superior público! Abaixo a PEC 206/2019!**

No último dia 24 de maio, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados colocou em sua pauta a PEC 206/2019, apresentada pelo general Peternelli (União Brasil - SP). O relator é Kim Kataguri, conhecido pelas práticas fascistóides à frente do MBL, e do mesmo partido do autor do texto. O conteúdo da proposta é a cobrança de mensalidades dos estudantes “mais ricos”, supostamente para ajudar os “mais pobres”, no ensino público. Não por coincidência, dias antes, setores militares divulgaram um manifesto em defesa da cobrança pelo atendimento do SUS e de mensalidades nas universidades públicas.

Nas últimas décadas, o ensino privado tem avançado em relação ao público, principalmente por meio de subsídios e financiamento públicos. Trata-se de uma necessidade geral do capital financeiro, que busca na educação mais um meio de valorização

artificial do capital, a partir de abarcar serviços sociais públicos, como Saúde e Previdência. Agora, pretende-se fazer com que estudantes das públicas paguem mensalidades, restringindo ainda mais o acesso à educação superior, e atacando ainda mais o ensino público.

As direções das organizações de trabalhadores da Educação e direções gerais do movimento estudantil têm renunciado sistematicamente à luta em defesa da universalidade do ensino público e gratuito. Colaboram com a aplicação de medidas de financiamento e subsídio ao ensino privado, de vários governos. Canalizam as necessidades dos que estudam e trabalham para a via parlamentar/eleitoral, que só leva a derrotas. Propagandeiam a maior “inclusão” de estudantes de escolas públicas e de negros nas universidades, mas ocultam o privatismo crescente no interior das universidades e que a maioria

empobrecida da juventude em idade universitária continua fora das salas de aula. Muitos têm de trabalhar para pagar mensalidades às escolas privadas, que são subsidiadas pelo estado. A defesa do ensino público a todos une estudantes e não estudantes como uma força social que auxilia o proletariado no combate à burguesia e seu estado.

É necessário erguer a mobilização nas ruas para derrotar as propostas e medidas privatistas, sob as bandeiras de unidade da juventude, dos trabalhadores da Educação e do proletariado.

É preciso exigir das centrais sindicais, sindicatos e movimentos estudantis e populares a erguer a luta por empregos, salários, direitos e contra as privatizações. Erguer comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia, e convocar um dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações, como um passo para organizar a greve geral.